



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE
DO NORTE – CAMPUS CANGUARETAMA
DIREÇÃO ACADÊMICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

RADNA RAYANNE LIMA TEIXEIRA

**O USO PÚBLICO PARA FINS TURÍSTICOS NA APA PIQUIRI-UNA (APAPU):
UMA ANÁLISE DAS REUNIÕES DO CONSELHO GESTOR**

CANGUARETAMA/RN
2018

RADNA RAYANNE LIMA TEIXEIRA

**O USO PÚBLICO PARA FINS TURÍSTICOS NA APA PIQUIRI-UNA (APAPU): UMA
ANÁLISE DAS REUNIÕES DO CONSELHO GESTOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN - Campus Canguaretama), como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Turismo.

Orientadora: Ana Neri da Paz Justino.

Co-orientadora: Anísia Karla Galvão

CANGUARETAMA/RN

2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Catalogação na Fonte
Biblioteca IFRN – *Campus*Canguaretama

T266uTeixeira, RadnaRayanne Lima.

O uso público para fins turísticos na APA Piquiri-Uma (APAPU) : uma análise das reuniões do conselho / RadnaRayanne Lima Teixeira. -- Canguaretama(RN), 2018.
44f. ; 30cm.

Monografia (Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, 2018.

Orientadora: Ana Neri da Paz Justino.

Co-orientadora: Anísia Karla Galvão.

1. Turismo 2.Unidade de Conservação3.Educação Ambiental.I.
Título.

CDU: 338.48(813.2)


Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário
Yuri Pontes Henrique CRB-15/461

RADNA RAYANNE LIMA TEIXEIRA

**O USO PÚBLICO PARA FINS TURÍSTICOS NA APA PIQUIRI-UMA (APAPU): UMA
ANÁLISE DAS REUNIÕES DO CONSELHO GESTOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em
Gestão de Turismo, do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do
Norte (IFRN - Campus Canguaretama), como
requisito parcial para obtenção do título de
Tecnólogo em Gestão de Turismo.

Canguaretama/RN, 07 de fevereiro de 2018.



M.^a. Ana Neri da Paz Justino (Orientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
(IFRN – Campus Canguaretama)
Orientadora – Presidente da Banca Examinadora



Dra. Anisia Karla de Lima Galvão (Coorientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
(IFRN – Campus Canguaretama)
Membro da Banca Examinadora



Me. Fellipe José Silva Ferreira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
(IFRN – Campus Canguaretama)
Membro da Banca Examinadora

“O mundo é repleto de mudanças, ou você muda e se adapta ao ambiente em que você vive ou o ambiente muda você”

L. Logan

Dedico este trabalho a Deus, que é perfeito em todas as coisas e as minhas princesas Sophya e Hadassa, amo vocês!!!

AGRADECIMENTOS

Ao Deus vivo, Dono de todas as coisas, por ter me sustentado até aqui, pela força, fé e coragem para não desistir da caminhada.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)- Canguaretama, pela oportunidade de fazer o curso e a seus docentes, direção e administração pelo empenho, profissionalismo e ética que sempre proporcionaram.

A Fundação de desenvolvimento da pesquisa (Fundep), pela oportunidade da bolsa durante período da pesquisa.

Ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), pela disponibilidade dos documentos necessários para desenvolvimento da pesquisa.

A minha orientadora Ana Neri da Paz Justino, pela dedicação, apoio, confiança e incentivo ao longo dessa trajetória. Sempre guerreira e exemplo de “Amor pelo que faz” !!!

A Professora e co-orientadora AnísiaGalvão, pela atenção e empenho em ajudar nos momentos em que precisei, muita grata a ti!!!

Aos professores e colegas do grupo de pesquisa “Uso Público com fins Turísticos na Apa Piquiri-Una”, em especial a professora e orientadora Paula Normandia, e ao professor FellipeFerreirapela disponibilidade e aprendizado durante realização do projeto.

A todos os professores, que me ajudaram no processo de formação e conhecimento acadêmico, a esses mestres serei sempre grata, e levarei seus ensinamentos para vida e profissão.

As minhas duas filhas amadas Sophya e Hadassa, que mesmo sem entenderem, é por elas todo meu esforço. Presentes de Deus na minha vida!!!

Aos meus pais, Edson Teixeira e Maria da Conceição de Lima, minha irmã Raynele Teixeira e meus preciosos sobrinhos Matheus e Miguel... que falta vocês me fazem!!!

Ao meu esposo Geovany Solano pela contribuição e apoio para essa conquista.

A minha sogra Maria das Dores, que mesmo com dificuldades, sempre fez o possível para ajudar na criação das minhas filhas e a seu esposo, Erivan de Andrade, pelo amor e carinho com minhas filhas, estando sempre pronto a ajudar.

Ao amigo Josiel Barbosa, por todo apoio prestado durante o curso, por ter cooperado gentilmente para minha formação!!!

A minha família e amigos, que torceram por cada conquista até aqui, e que contribuíram de forma direta e indiretamente para minha formação, muito obrigado!!!

RESUMO

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), foi implementado pela lei n. 9.985/2000, este é composto por duas categorias: Unidades de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Esta investigação trata de uma área de proteção de uso sustentável, especificamente, a APA Piquiri-Una (APAPU), que é parte integrante das UC's, cujo objetivo é verificar as ações relacionadas ao uso público para fins turísticos e recreativos nas pautas das reuniões do seu Conselho Gestor, relacionando-as com os pressupostos do Plano de Manejo, o qual é um documento que consiste em estabelecer normas, ações e restrições de uso. O estudo é baseado nas definições de uso público, SNUC, APA e Educação Ambiental (EA), de modo a fundamentar a análise documental do mesmo, como principal estratégia de investigação. A metodologia da pesquisa teve análise qualitativa, das atas da 11ª a 23ª reunião do conselho gestor, compreendendo o período entre 2013 a 2016, de modo a diagnosticar várias informações relevantes para a gestão da área protegida em questão, em especial às ações de EA, estas são importantes para desenvolvimento do uso público para fins turísticos. Nos resultados constatou-se que, nas reuniões ordinárias (RO's) do conselho gestor não foram realizadas discussões ou ações sobre uso público com fins turísticos na APAPU. Conclui-se que é preciso o engajamento do Conselho Gestor, da comunidade e visitantes na gestão do uso público. Isso possibilitará a sensibilização e a eficiência na gestão de ações de EA e uso público.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Uso Público. Turismo. Conselho Gestor. APAPU. Educação Ambiental.

ABSTRACT

The National System of Conservation Units (SNUC) was implemented by law n. 9.985 / 2000, it is composed of two categories: Integral Protection and Sustainable Use Units. This research deals with a protected area of sustainable use, specifically APA Piquiri-Una (APAPU), which is an integral part of the CUs, whose objective is to verify the actions related to public use for tourism and recreational purposes in the meetings of its management council, relating them to the assumptions of the Management Plan, which is a document that consists of establishing norms, actions and restrictions of use. The study is based on the definitions of public use, SNUC, APA and Environmental Education (EA), in order to base the documentary analysis of it, as the main research strategy. The methodology of the research had a qualitative analysis of the minutes of the 11th to the 23rd meeting of the managing council, comprising the period between 2013 to 2016, in order to diagnose various information relevant to the management of the protected area in question, especially the actions of EA, these are important for the development of public use for tourism purposes. In the results, it was found that, in the ordinary meetings (ROs) of the management council, there were no discussions or actions on public use for tourism purposes in APAPU. It was concluded that it is necessary to engage the management council, the community and visitors in the management of public use. This will enable awareness and efficiency in the management of EA actions and public use.

Key words: Conservation Units. Public Use. Tourism. Board of Directors. APAPU. Environmental Education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:Localização e acessos à APA Piquiri-Una.....	29
FIGURA 2: Ex. de Livro de ata das reuniões do Conselho Gestor.....	30

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Informações sobre as reuniões do conselho gestor.....	32
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAV - Programa de Agente Ambiental Voluntário

APA - Área de Proteção Ambiental

APAPU - APA Piquiri-Una

ARIE-Áreas de Relevante Interesse Ecológico

CAERN- Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte

CGAPAPU- Conselho gestor APA Piquiri-Una

CIPAM- Companhia Independente de Policiamento Ambiental

EA- Educação Ambiental

ESEC- Estações Ecológicas

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF- Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IDEMA- Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente

IFRN- Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ODEMAES- Organização em Defesa do Meio Ambiente

ONG- Organização das Nações Unidas

ONU- Organização das Nações Unidas

PEA- Programa de Educação Ambiental

PNUMA- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

RDSEPT- Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão

RO- Reunião ordinária

RPPNs- Reservas Particulares do Patrimônio Natural

SAPE - Secretaria de Estado, da Agricultura, Pecuária e Pesca

SEMA- Secretaria Especial do Meio ambiente

SETUR- Secretaria do Turismo

SNUC- O Sistema Nacional de Unidades de conservação

UC- Unidades de Conservação

UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNIFACEX- Centro Universitário - FACEX

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 PROBLEMATICA	15
1.2 JUSTIFICATIVA	16
1.3 OBJETIVOS	17
<i>1.3.1 Geral.....</i>	<i>17</i>
<i>1.3.2 Específicos</i>	<i>17</i>
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 AS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ..	18
2.2 O USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	20
2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O USO PÚBLICO PARA FINS TURÍSTICOS	23
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	27
3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA.....	27
3.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO.....	29
3.3 COLETA DOS DADOS.....	30
3.4 MODELO DE ANÁLISE	31
3.5 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS	31
4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	33
4.1 PERFIL DA AMOSTRA	33
4.2 ANÁLISE DAS ATAS 11ª A 23ª RO´s DO CGAPAPU.....	34
4.3 ASPECTOS RELEVANTES DO USO PÚBLICO PARA FINS TURÍSTICOS NA APAPU.....	38
4.4 EA COMO BASE PARA IMPLANTAÇÃO DO TURISMO NA APAPU.....	39
5 CONCLUSÕES.....	41
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

O estudo traz embasamento teórico nas definições científicas referentes ao uso público, Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Área de proteção Ambiental (APA) e Educação Ambiental (EA), de modo a fundamentar a análise documental, esta é a principal estratégia de investigação. A metodologia foi baseada na análise qualitativa, das atas da 11ª a 23ª reunião ordinária (RO) do conselho gestor da Apa Piquiri-Una (CGAPAPU), compreendendo o período entre 2013 a 2016. A pesquisa trata ainda de um estudo de caso, com característica descritiva e exploratória.

1.1 PROBLEMÁTICA

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) foi implantado pela Lei n. 9.985/2000, aplicando nas esferas Federal, Estadual e Municipal, com objetivos socioambientais e socioeconômicos nas áreas naturais relacionadas à população local e a atividades turísticas e recreativas. Sendo assim, o SNUC, divide as unidades de conservação (UC's) em duas categorias: Unidades de proteção integral e de uso sustentável.

As Unidades de Conservação (UC's) têm despertado o interesse dos visitantes, que procuram as áreas naturais para o lazer. Entretanto, o aumento da demanda nestas áreas, traz a necessidade de identificar medidas para manter o equilíbrio entre ser humano e natureza. Dessa maneira, é necessário o envolvimento da população com o meio ambiente através de atividades recreativas e (ou) turísticas, ajudando de forma socioambiental e socioeconômica nas UC's para que o desenvolvimento aconteça de forma sustentável.

Diante do apresentado acima, o estudo tenta analisarações referentes às atividades turísticas nas áreas naturais, levando em consideração sua riqueza, potencial e relação com o plano de manejo, identificando “se há” e (ou) “como acontece” o planejamento dessas atividades nas UC's.

1.2 JUSTIFICATIVA

O estudo trata especificamente a APA Piquiri-Una (APAPU), integrante do SNUC e como colocado pelo Plano de Manejo, tem sua administração no Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA). Inserida na região Nordeste do país, com área de 40.707,45 hectares, que abrange os municípios de Goianinha, Espírito Santo, Várzea, Pedro Velho e Canguaretama. A APAPU foi criada em 06 de junho de 1990 pelo decreto nº 10.683, com o objetivo geral de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

A APAPU, no que diz respeito ao turismo, é apresentada pelo plano de manejo como potencial para o uso público, recreação, turismo e educação ambiental (EA), as quais se desenvolvem integralmente unidas, contribuindo para desenvolvimento local, e melhorando a qualidade de vida dos que buscam a natureza e seus atributos naturais, além de envolver a comunidade e visitantes, na busca para fazer uso dos recursos de forma sustentavelmente segura e equilibrada.

Para tanto, a viabilidade da implementação de atividades para o lazer, está vinculada a existência de uma infraestrutura mínima para visitação, bem como, da capacitação dos agentes envolvidos nas atividades de visitação. Nesse caso, essa vinculação implica na visitação turística aos moradores das comunidades locais, especialmente da comunidade indígena do Catú e Assentamentos Timbó e Mata Verde.

A pesquisa é relevante para formação pessoal, acadêmica e profissional da discente, por abrir oportunidades e conhecimentos, a partir de um olhar sensível para realidade, contribuindo socialmente e cientificamente acerca de processos relacionados ao planejamento de ações da administração na APAPU. Dessa maneira, o estudo ainda se faz importante por divulgar as ações do conselho para sociedade como um todo e para provocar a discussão sobre o uso da APA para fins turísticos recreação no próprio CGAPAPU.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Verificar as ações relacionadas ao uso público para fins turísticos e recreativos nas pautas das reuniões do Conselho Gestor da Apa Piquiri-Una (CGAPAPU), relacionando-as com os pressupostos do seu Plano de Manejo.

1.3.2 Específicos

Investigar as atas das RO's (11^a a 23^a) do CGAPAPU;

Diagnosticar a evidência dos termos uso público, turismo e recreação nas discussões das RO's do CGAPAPU;

Avaliar as discussões das RO's do CGAPAPU no tocante à implementação de ações voltadas ao uso público com fins turísticos e recreativos.

2REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

As áreas naturais protegidas são espaços criados para preservação da natureza, sua biodiversidade, bem como paisagens e o uso dos recursos naturais, impedindo assim a degradação do meio ambiente. Segundo Bensusan (2016), esse pensamento firmou-se no século XVIII, quando se entendia que a humanidade através de seu impacto no planeta poderia transformar a paisagem natural, surgindo assim à ideia de reservar algumas áreas para preservação. No século passado, os países em desenvolvimento e a perda considerável da biodiversidade crescem a preocupação internacional com o meio ambiente e, como consequência, o aumento das áreas naturais de proteção ambiental (BRITO, 2000).

Os movimentos ambientalistas internacionais tiveram início nas décadas de 70 e 80 do século XX, como resposta as crescentes devastações florestais, estes movimentos tentavam impedir a degradação em áreas européias. Logo após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) a uma nova visão sobre a temática ambiental. Entre esses movimentos, estão à conferência de Estocolmo em 1972, marcando as discussões sobre poluição atmosférica e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Destaca-se ainda a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992, realizada no Rio de Janeiro, e a reunião de Joanesburgo em 2002, estabelecendo metas que serviram de ações para países pobres e estimulando a cooperação interestatal (RIBEIRO, 2010).

De acordo com Rodrigo (2006), nesse mesmo período no Brasil, os movimentos ambientais ganham força, institucionalizando uma nova política de meio ambiente, estas forma liberadas pela Secretaria Especial do Meio ambiente (SEMA), criada a partir do Decreto nº 73030, em 30/10/1973, com o objetivo de conservar e racionalizar o uso dos recursos naturais. No mesmo ano, a SEMA foi transformada em Ministério do Interior, que entre outras atividades, começa a fazer Educação Ambiental, além da criação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), marco importante que levou a uma nova tipologia de áreas protegidas privadas. A SEMA estabeleceu um programa nas áreas protegidas em 1981, que resultaram nas Estações Ecológicas (ESEC) e Áreas de Proteção Ambiental (APA's), e em 1984, foram criadas as Reservas Ecológicas (RESEC) e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). Em 1988, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) propôs um

anteprojeto de lei voltado para a criação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em seguida o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), receberia uma prévia das então Unidades de Conservação (UC's) divididas em nove categorias.

Atualmente, as UC's são regulamentadas pelo SNUC, e implementada pela Lei N. 9.985/2000, que estabelece os critérios e as normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação no país. Para isso, o SNUC é aplicado pelas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal). Seus objetivos não estão ligados somente à questão ambiental propriamente dita, mas também à preocupação econômica e social das áreas protegidas, assim como aos interesses das comunidades residentes e às atividades turísticas e recreativas (BRASIL, 2011).

Para tanto, o SNUC(2000) pela constituição, tem sua base do tipo áreas protegidas, as quais estão classificadas em duas categorias: Unidades de proteção integral e de uso sustentável. O grupo de proteção integral é formado por cinco categorias: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. E o grupo de uso sustentável engloba as categorias: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural (ISA, 2017).

Sendo assim, o estudo investiga as UC's, especificamente a Área de proteção Ambiental (APA). As UC's têm por finalidade associar e compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais, afim de explorá-los garantindo a continuação do ambiente renovável e de seus processos ecológicos, garantindo a preservação de biodiversidade e de seus atributos de forma socialmente igual e economicamente possível (BRASIL, 2000).

As APA's, segundo Brasil (2011), têm o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável, para conservação e preservação dos ecossistemas, protegendo as espécies, as paisagens e as características relevantes da natureza, além de incentivar pesquisas científicas e promover a educação ambiental e as atividades recreativas, e valorizando a cultura, a fim de desenvolvê-las de forma socioeconômica.

Conforme estabelecido na Resolução nº 10 do Conselho Nacional do Meio Ambiente, de 1988, as APA's terão sempre um zoneamento ecológico-econômico, que

estabelecerá normas de uso, de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, agropastoris, extrativistas, cultural e outras. Dessa maneira, as APA's devem conter em seu meio uma zona de vida silvestre, sendo proibido ou regulado o uso dos ecossistemas naturais, estando essas sujeitas a maior rigidez do que outras, não podendo ser tituladas (BRASIL, 2011).

Portanto, a APA é uma área extensa de riqueza abiótica, estética e cultural, de importância para o bem-estar e qualidades de vida local, além de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Ao contrário do que ocorre com os parques, é permitida a existência de terras privadas dentro da área de proteção ambiental (BRASIL, 2011).

Diante dessa afirmativa, é possível afirmar que toda essa biodiversidade pode ajudar de forma socioambiental e socioeconômica, para o desenvolvimento local nas áreas protegidas, através do uso público de forma equilibrada, e de acordo com o que propõe os órgãos fiscalizadores.

2.2 O USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Durante a década de 70 e 80 do século XX, as UC's compreendiam áreas destinadas a proteção integral dos recursos naturais, nas quais somente algumas atividades humanas eram permitidas, como a visitação, porém não a residência. “Na percepção dos preservacionistas, havia uma dissociação intrínseca entre homem e natureza. Para eles, “natural” era aquilo que prescindia da presença ou atuação humana e permanecia tal como originalmente criado pela “ação divina”” (BRITO, 2000, p. 21). Essa ideia não teve sucesso, pois a participação humana nas unidades é importante para conservação, desenvolvimento e sustentabilidade da vida dos que buscam não só novas experiências com a natureza, mas a todos que ali convivem, sendo preciso despertar o interesse e o sentimento de posse da comunidade com o meioambiente.

De acordo com Ribeiro (2010), o uso dos recursos naturais vai além das fronteiras nacionais, pois é comum um país depender do outro para manter seu povo, tornando um desafio, manter o equilíbrio entre a ação humana e o uso da natureza, e assim evitar a degradação do meio ambiente. Como colocado por Malta e Costa (2009, p.282), o IBAMA conceitua “uso público” ou “visitação” como sendo:

As atividades educativas, recreativas e de interpretação ambiental realizadas em contato com a natureza de acordo com o especificado nos planos de manejo das UC's. Seu principal objetivo é propiciar ao visitante a oportunidade de conhecer, de forma lúdica, os atributos e os valores ambientais protegidos pela UC.

Entretanto, asesferas nacionais e internacionais vêm aumentando a procura por métodos que ajudem na conservação e que de maneira eficaz, possam envolver a população, de forma a atingir os planos de manejos. As discussões existem e tem gerado propostas metodológicas no plano de manejo, porém deve ser considerada a preservação e manutenção da biodiversidade (BELINASSI, PAVÃO, CARDOSO-LEITE, 2011).

Do ponto de vista do ISA (2017) se a área de Proteção Integral tem o objetivo de conservar as paisagens e espécies, a aproximação humana traz ameaça a natureza. E se ainda, esse modelo procura resolver conflitos nas terras em torno das áreas de proteção, por outro lado gera conflitos entre moradores, impondo a eles restrições e mudanças que alteram na forma de vida das comunidades locais. De acordo com o SNUC lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000:

A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento; é permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área; a visitação pública pode ser permitida, desde que compatível com o manejo da unidade e de acordo com as normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração (BRASIL, 2011).

Partindo desse pressuposto, dos impactos negativos que podem ser causados pelo mau uso dos recursos naturais nas UC's, Malta e Costa (2009) falam sobre a importância da implantação de programas relacionados ao uso público, de educação ambiental e lazer juntamente as comunidades, que ajudem no processo de conscientização a respeito das responsabilidades ambientais, evitando assim a degradação nas áreas protegidas.

São diversos os perfis dos visitantes que buscam contato com a natureza, e algumas de suas motivações, interesses e necessidades estão ligadas aos valores naturais e culturais, nível de formação, além da idade e grupo social dos que visitam as áreas naturais. Sendo assim, torna-se indispensável, conhecer o perfil dos visitantes, para que seja feito um bom planejamento para uso público (OLIVEIRA, 2015).

Entretanto, é viável implementar a infraestrutura básica que desenvolva a visitação e a capacitação dos agentes envolvidos nas atividades de visitação, ganhando destaque no programa de visitação que compõe o documento norteador da unidade de conservação (IDEMA, 2013).

Em termos da operacionalização da visitação, as principais atividades destacadas são: estabelecer um sistema de agendamento das visitas; estabelecer o número máximo de visitantes por dia, fundamentado em estudo técnico específico (estudo de capacidade de suporte); elaborar um sistema de registro de visitantes, formando o perfil destes e coletar opiniões, críticas e sugestões; proceder a contínua manutenção das trilhas e da infraestrutura associada (IDEMA, 2013).

As APA's fazem parte do território nacional de proteção e preservação natural, e tem como objetivo proteger, conservar e garantir a sustentabilidade de toda biodiversidade e recursos naturais, promovendo o bem-estar e qualidade de vida humana, podendo ainda ser desenvolvidas atividades compatíveis com o plano de manejo e executadas de forma sustentável e precedidas de baixo impacto ambiental, sendo suas visitas em acordo com exigências e restrições legais, sejam elas para fins de uso público ou para pesquisas científicas (HOSAKA, 2010).

Rylands e Brandon (2005, p. 32) afirmam que “as APA's disciplinam as atividades humanas de forma a proporcionar o uso sustentável dos recursos naturais e a qualidade ambiental para as comunidades locais [...]”. Por esse motivo, é relevante implementar atividades recreativas e (ou) turismo, através do envolvimento da população local e visitantes, a saber dessa importância tanto para conservação, como desenvolvimento local dessas áreas.

2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E O USO PÚBLICO PARA FINS TURÍSTICOS

O turismo como atividade, envolve aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais. Toda essa complexidade pode ser entendida a partir da teoria dos sistemas, referenciada pelo Sistema do Turismo (SISTUR). O modelo implantado por esse sistema visa entender doutrinas, procedimentos e idéias, que interagem em prol de um objetivo (BENI, 1990).

O capitalismo, evidência o interesse econômico no mundo, e as atividades turísticas se bem planejadas e integradas a outras políticas sociais podem se tornar potenciais, na geração de emprego, renda e na preservação dos recursos naturais (BURSZTYN, 2005). Assim, relacionar as atividades turísticas voltadas ao lazer, com a cultura e riqueza que proporcionam o meio ambiente e seus recursos naturais, tem se tornado eficiente para desenvolvimento socioambiental e socioeconômico dessas áreas.

A procura por uso público ou visitação em UC's tem aumentado a cada ano. Dessa forma, as atividades recreativas com fins turísticos em áreas naturais, juntamente com envolvimento da comunidade e visitantes, podem contribuir para desenvolvimento local. Porém, Malta e Costa (2009) alertam que essas atividades podem gerar impactos negativos, pelo mau uso dos recursos e degradação socioambiental, além da interferência socioeconômica dessas áreas naturais.

Da Política Nacional de Turismo, no art. 5º da lei 11.771 de 17 de setembro de 2008 são alguns dos seus objetivos: estimular e planejar o turismo em seus territórios de forma sustentavelmente segura, envolvendo a comunidade e os beneficiando economicamente; implementar atividades culturais, turísticas e de lazer que prolonguem a estadia dos visitantes na localidade; desenvolver os segmentos turísticos; integrar o setor privado junto aos serviços públicos para investir em estrutura básica nos segmentosturísticos (BRASIL, 2015).

Schiavettli e Foresti (1999) dizem que “o turismo e a recreação, atividades propostas como parte dos objetivos diretos de algumas categorias de UC, são atividades causadoras de fortes mudanças ambientais e socioculturais, tanto local como regional”. Sendo assim, pode ser incluído o patrimônio natural e sociocultural, estimulando qualidade nas atividades recreativas, promovendo o turismo sustentável, e se colocando de forma social com e para comunidade. Segundo Passold e Kinker (2010, p. 385):

A visitação pública, que pode levar ao desenvolvimento do turismo local, regional e até nacional, com a participação de uma diversidade de atores e forte envolvimento das comunidades locais, é uma das principais atividades geradoras de recursos para as UC's e para fora delas, e deve ser estimulada de maneira a potencializar os benefícios, sem interferir na implementação de outros programas e atividades de manejo e sem ocasionar impacto negativo aos recursos naturais e valores histórico-culturais.

Entretanto, as atividades turísticas podem gerar impactos negativos se não forem bem planejadas, tais como acúmulo de lixo, queimadas, desmatamentos, entre outros danos ambientais. Para tanto, é fundamental um planejamento ambiental para implantação do turismo e investimentos estruturais nas áreas protegidas (HOEFFEL et al., 2008). Para ISA (2017) um bom planejamento dessas atividades, vai além do lazer, podendo gerar boas ações através da sensibilização e reflexões na relação entre natureza e sociedade em geral, importantes para desenvolvimento sustentável e econômico nas UC's.

Conforme colocado por Schiavetti e Foresti (1999), o planejamento metodológico nas áreas de proteção diminui os impactos das atividades recreativas, além de fatores físicos, biológicos e conhecimento da área quanto a sua geografia, podem definir se determinada localidade pode ou não ser utilizada para fins turísticos. Nesse sentido, o planejamento da atividade turística deve estar relacionada à realidade local, identificando e analisando o meio ambiente e suas características, bem como as mudanças e metodologia e quais suas implicações (CASCINO; FIGUEIREDO, 2007).

Algumas atividades que podem ser desenvolvidas relacionadas ao turismo na APA são de baixo impacto ambiental, no caso das trilhas, caminhada, canoagem, mergulho, pesca esportiva, escalada, e passeios a cavalo e bicicleta. Além dessas, podem ser incluídas a observação da fauna e flora, visitas pedagógicas e o acampamento, porém, o que mais causa impacto as áreas naturais, é o tráfego de veículos em torno da fauna e da flora e no ambiente como todo (CUNHA, 2006).

A partir desse saber, é importante que se tenha por parte de gestores, comunidades e visitantes das áreas protegidas, um olhar capaz de identificar medidas, para elaboração de um planejamento eficaz, além de medidas educativas a serem desenvolvidas em torno dessas áreas, para que as atividades recreativas de uso público, com fins turísticos, possam trazer benefícios ao ambiente e a população local, de maneira sustentavelmente segura e equilibrada.

2.4 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA USO PÚBLICO NAS UC's

A Educação Ambiental (EA) teve origem ainda em 1970, nos movimentos ambientalistas, quando a gravidade dos problemas ambientais começou a chamar a atenção, relacionando assim a temática ambiental com educação (CARVALHO, 2010). Desde então, a EA tornou-se o principal aliado para provocar mudanças na forma de pensar do ser humano, e assim, minimizar os impactos causados pela ação humana ao meio ambiente, baseado nos princípios de prioridades que incluía a “educação para todos”. Entretanto, é importante ultrapassar os limites que a sala de aula impõe, buscando formas de aprendizado e uma nova linguagem a fim de alcançar a sociedade como todo (MORAIS et al., 2007).

A educação ambiental é o ponto de partida para a recuperação do meio ambiente, pois, consegue atingir todos os públicos. Dá a todos a oportunidade de acesso às informações que lhes permitam participar ativamente na busca de soluções para os problemas ambientais atuais (PESSOA, 2013, p. 252).

Conforme Brasil (2000) é preciso buscar o apoio dos órgãos público, privado e pessoas físicas para desenvolver estudos de cunho educativo, sendo permitido o incentivo a melhoria da relação entre residentes, o meio e a EA de acordo com o órgão responsável. “A aplicação de uma educação ambiental, usando fatores teóricos e ad hoc, torna-se tão eficaz, pois o indivíduo vive a realidade do desgaste sofrido em determinado local, e conseqüentemente, sofre influência no seu modo de agir em relação ao meio” (COSTA, 2016, p.174).

Sendo assim, a EA quando colocada em prática, tem efeito positivo não só na natureza, mas também na sociedade, submetendo o uso dos recursos naturais nas UC's ao conceito de relação entre o ser humano e o seu ambiente. Essa relação, vai além da obrigatoriedade imposta pelos órgãos fiscalizadores, sendo preciso que aconteça de forma natural e com liberdade, interagindo a EA com a participação da comunidade em caso de conflitos em relação ao seu ambiente. (CASCINO; FIGUEIREDO, 2007).

Conforme Hoeffel et al. (2008), a EA insere a comunidade na prevenção e solução de problemas ambientais, através de programas que visam a sustentabilidade, trazendo interação, de forma participativa, podendo manifestar suas opiniões de forma a solucionar questões socioambientais e assim conservar os recursos naturais e melhorar a qualidade de vida local.

A EA tem papel transformador no qual o educador é o centro desse processo de aprendizagem, procurando solucionar problemas ambientais, de forma ética em prol do cidadão, buscando valores ambientais, de maneira a orientar ao aluno, a analisar de forma crítica as

causas de destruição e degradação do meio ambiente. (MACHADO, SOUZA, ALMEIDA, 2013).

Portanto, a importância da EA para o desenvolvimento das atividades turísticas nas áreas naturais, tem relação direta do homem x natureza. É a partir de ações planejadas de cunho educativo, que poderá ser definido a qualidade e o sucesso das implementações dessas atividades, de maneira segura e sustentável. Nesse contexto, é inserido a participação da comunidade, visitantes e gestores, para juntos buscar formas de equilíbrio entre o uso dos recursos e ação humana, pois através do conhecimento é possível despertar sensibilização e reflexões para as questões ambientais.

3METODOLOGIA DA PESQUISA

Partindo do objetivo de verificar as ações relacionadas ao uso público para fins turísticos e recreativos nas pautas das reuniões do Conselho Gestor da APAPU (CGAPAPU), relacionando-as com os pressupostos do seu Plano de Manejo. A pesquisa faz referências ao uso público, SNUC, APA e EA, elementos teóricos fundamentais para investigação do documento de análise do estudo. Esta se deu a partir da leitura das atas da 11ª a 23ª reunião ordinária (RO) do CGAPAPU, compreendendo o período entre 2013 a 2016. A partir de tal análise foi possível diagnosticar várias informações relevantes para a gestão da área protegida em questão, em especial às ações de EA, importante para desenvolvimento do uso público para fins turísticos na UC.

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa se caracteriza como um estudo de caso, pois, segundo Veal (2011), este tipo de estudo tenta entender um segmento, e por se utilizar de análise documental, poderá avaliar a aplicação de uma única teoria, confirmando ou levantando dúvidas, além de sugerir transformações e alternativas. Sendo assim, o estudo de caso se concentra de forma particular, apresentando um conjunto de casos análogos, com representação significativa (SEVERINO, 2007).

Do mesmo modo, o estudo se deu a partir da observação detalhada de uma fonte documental, no caso as atas das RO's do CGAPAPU, durante o período disponível pelo órgão responsável, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA). Assim foi feito um estudo minucioso das pautas dessas atas disponibilizadas, analisando-as por categorias, afim de fazer levantamentos significativos para o estudo.

O estudo tem abordagem qualitativa, que é caracterizada por Veal (2011) como o tipo de pesquisa que descreve métodos e técnicas, coletando informações sobre pequenos e grandes casos, sendo este mais flexível em um planejamento, podendo se obter de uma única fonte de dados. Ainda segundo o autor é importante o olhar do pesquisador, no qual decide quais pontos e questões serão analisados.

Partindo do pressuposto da pesquisa qualitativa, surgiu a necessidade de se obter informações sobre a existência de ações ou discussões sobre uso público com fins turísticos nas

reuniões do CGAPAPU. Assim, foi possível identificar questões a serem consideradas, e ainda a compreensão do material de análise, ajudando no processo e obtenção dos resultados.

O turismo é um novo segmento no mercado, dessa forma há uma constante necessidade em ter seu mapa territorial estudado, portanto é comum se utilizar da pesquisa descritiva nas áreas de atuações. Somando-se a isto, grande parte dos estudos descritivos pode ser considerada exploratória, por tentar descobrir, descrever ou mapear determinados comportamentos em áreas ainda não estudadas (VEAL, 2011).

Para tanto, a pesquisa possui características descritivo-exploratória, por descrever as pautas das atas das reuniões do CGAPAPU, a qual explora uma problemática, afim de obter informações do objeto em estudo. No segmento turístico, a estatística descritiva é colocada pela OMT (2005) como a que permite estudar e sistematizar o processo evolutivo do turismo e sua realidade, bem como a sazonalidade, o crescimento, os ciclos, e os impactos causados pelas atividades.

3.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO

O objeto de estudo desta investigação é a APA Piquiri-Una, localizada na Microrregião do Litoral Sul do Rio Grande do Norte. A área compreende cinco municípios (Pedro Velho, Canguaretama, Espírito Santo, Goianinha e Várzea), (Figura 1), cuja gestão é realizada pelo órgão ambiental estadual o (IDEMA/RN), por meio de um Conselho Gestor, constituído legalmente com mandato bianual. A composição da instância de governança se dá pela participação de atores do poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada.

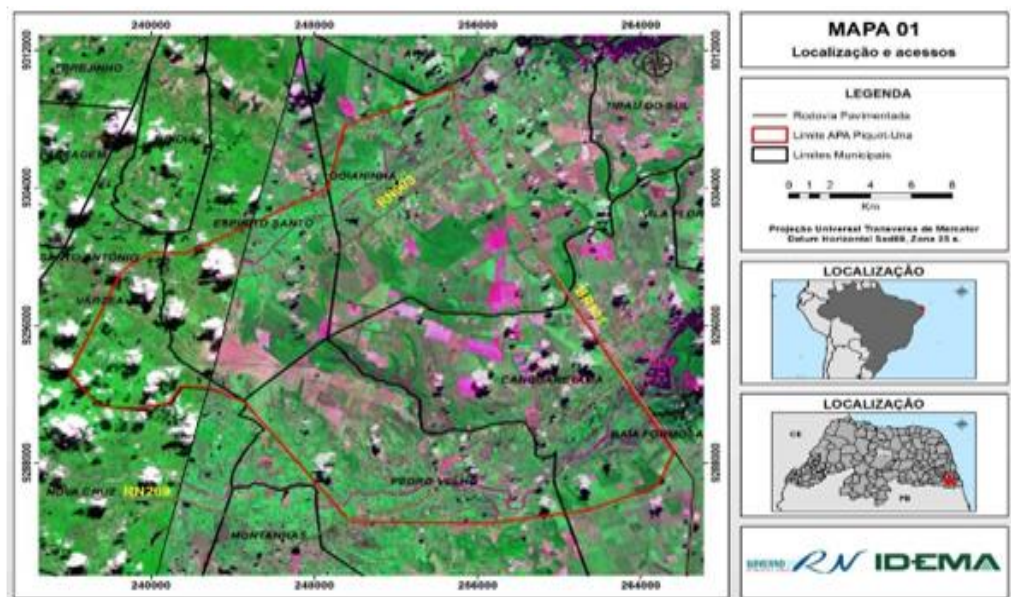


Figura 1: Localização e acessos à APA Piquiri-Una.
Fonte: UNIMEP (2013)

O Conselho Gestor é formado pelas seguintes organizações: NUC/IDEMA; Poder Executivo Goianinha; Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte (CAERN); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Poder Executivo de Várzea; Associação Moradores do Vale do Catú-Goianinha; Organização em Defesa do Meio Ambiente (ODEMAES); Setor Produtivo; Ass. Timbó; Secretaria de Estado, da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAPE); Poder Executivo Espírito Santo; Poder Executivo de Canguaretama; Assentamento Mata Verde; Poder Executivo Pedro Velho; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Secretaria do Turismo (SETUR); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Ass. de Artesanato; Ass. Com. Cultural Amigos da Casa de Cultura de Goianinha; Setor Produtivo – Cerâmica Boa Sorte; Trabalhadores-SRN;

Organização das Nações Unidas (ONG) – Águas do Anequim; trabalhadores e trabalhadoras rurais de Goianinha; Poder Legislativo-Pedro Velho.

3.3 COLETA DE DADOS

A proposta metodológica é embasada por meio dos seguintes elementos: análise prévia do Plano de Manejo da APA para verificações sobre proposições a respeito do seu uso público, visitação e/ou turismo; análise das atas de reuniões (Figura 2), no período de 24/10/2013 a 09/03/2016. A coleta de dados, segundo Boaventura (2014), é usado no método histórico como base, pois o testemunho e de pessoas e registros do passado podem servir de informações, já que o pesquisador não possui envolvimento de acontecimentos que se passaram em outro tempo.

24- Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Pequira-Una, realizada no dia 06 de julho de 2016 às 10h00min, na sede do Assentamento Timbo - Espírito Santo/RN.

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO
01	Raizete de Aguiar Pereira	IDEMA/NUC
02	Felipe de Aguiar Pereira	CHERN/GEESA-99177600
03	Valter Dantas de Albuquerque	Curso de Urbanização
04	Luiza Felix Costa Viana	2º Etapa PA Timbo
05	Adriana José de Vasconcelos Ribeiro	P.A. Timbo
06	Dr. J. J. R. de Aguiar	PA Timbo
07	Dr. J. J. R. de Aguiar	ONG APA
08	Dr. J. J. R. de Aguiar	ONG APA
09	Dr. J. J. R. de Aguiar	PA Timbo
10	Dr. J. J. R. de Aguiar	PA Timbo Verde
11	Paula Brunetti	IFRN
12	Dr. J. J. R. de Aguiar	Soc. M. A. de V. Timbo
13	Dr. J. J. R. de Aguiar	IFRN
14	Felipe José Silva Ferreira	IFRN
15	Vanessa Kelly Sales da Costa	IFRN
16	Maria Viviane do Nascimento	IFRN
17	Shafelma de Farias Lima	Pequi Pequira Goianinha

25- Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Pequira-Una, realizada no dia 03 de setembro de 2016 às 10h00min, no IFRU - Langueira/RN.

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO
01	Raizete de Aguiar Pereira	NUC/IDEMA
02	Felipe de Aguiar Pereira	CSGEO e MIO AMBIENTE
03	Luiza Otaviana de Aguiar	BUSAV S.A.
04	Aguiar José de Aguiar	IFRN
05	Felipe José Silva Ferreira	IFRN
06	Maria Viviane do Nascimento	IFRN
07	Dr. J. J. R. de Aguiar	ONG Amigos do Anequim
08	Dr. J. J. R. de Aguiar	Org. Águas do Anequim
09	Shafelma de Farias Lima	Pequi Pequira Goianinha
10	Gustavo Soares de Aguiar	SESAP-RN
11	Dr. J. J. R. de Aguiar	Org. Anequim - VAZEA
12	Katrina Kayanne Lima Pereira	IFRN
13	Vanessa Kelly Sales da Costa	IFRN

Figura 2: Ex. de Livro de ata das reuniões do Conselho Gestor
Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Para tanto, a princípio para obtenção dos dados para esse estudo, foram analisadas as atas 11^a a 23^a das RO's, disponibilizadas pelo CGAPAPU, a fim de observar informações relevantes a partir das categorias de uso público e turismo, como o objetivo proposto pela pesquisa. Após esses levantamentos criou-se um quadro de análise, representado de acordo com a numeração e a data referente a cada ata em questão, juntamente com o resultado sobre a

existência ou não de uso público e atividades recreativas com fins turísticos nas discussões das RO's.

3.4 MODELO DE ANÁLISE

A APAPU tem riquezas naturais, com potencial para uso público com fins turísticos e recreativos. Dessa maneira, a pesquisa teve como modelo a categorização de unidades de análise e da eleição de termos chaves, no caso uso público e turismo, para então, tentar identificar nas reuniões do CGAPAPU, discussões ou ações, referente a essas atividades.

Durante esse processo, foi possível observar uma nova categoria a ser estudada, a de EA, sendo a mesma, importante para o desenvolvimento turístico em UC's. Dessa maneira, a EA foi constantemente colocada como pauta nas discussões das RO's do CGAPAPU. A EA ajuda no processo de implementação das atividades de uso público e turismo nas UC's, entrando assim, como base para o desenvolvimento local e sensibilização ambiental, tanto da comunidade, como dos visitantes.

3.5 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS

O método de pesquisa é usado como caminho de conhecimento, Severino (2007) explica que para utilização de um plano, é preciso que através de um processo metodológico, se chegue à aplicação do instrumento tecnológico, além dos fundamentos epistemológicos, a qual justifica a metodologia aplicada.

No primeiro momento deste estudo solicitou-se aos gestores do IDEMA, o acesso aos documentos a serem analisados, com os gestores do IDEMA. Após o contato, a gestora da UC disponibilizou as atas, por meio digital, das RO's do CGAPAPU. Em seguida, foram realizadas anotações e descrições das principais pautas citadas pelos representantes conselheiros, destacando todos os participantes institucionais presentes.

Para que se fosse atingido o objetivo do estudo, a pesquisa se deteve a duas categorias: Uso público e Turismo. Dentre as quais, iniciou-se uma busca por informações que fossem consideráveis a respeito dessas, e assim tentar identificar nas RO's, discussões ou ações sobre as categorias no período analisado. Dessa forma, foi criado um quadro de análises das atas,

destacando se havia ou não a existência de atividades recreativas de uso público com fins turísticos, em cada período das reuniões em questão.

4DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL DA AMOSTRA

O estudo traz embasamento teórico nas definições científicas referentes ao uso público, SNUC, APA e EA, de modo a fundamentar a análise documental do mesmo, como principal estratégia de investigação. Nessa fase foram analisadas qualitativamente as atas da 11ª a 23ª RO CGAPAPU, que aconteceram bimestralmente, em um período de dois anos, nas quais, datas e locais estão apresentadas no quadro 1 a seguir:

ATA	DATA	MUNICÍPIO
11ª	24 de outubro de 2013	Várzea
12ª	19 de dezembro de 2013	Espírito Santo
13ª	19 de fevereiro de 2014	Pedro velho
14ª	30 de abril de 2014	Goianinha
15ª	02 de julho de 2014	Espírito Santo
16ª	13 de agosto de 2014	Espírito Santo
17ª	29 de setembro de 2014	Canguaretama
18ª	01 de Abril	Goianinha
19ª	11 de junho de 2015	Várzea
20ª	13 de agosto de 2015	Canguaretama
21ª	22 de outubro de 2015	Pedro velho
22ª	17 de dezembro de 2015	Canguaretama
23ª	09 de março de 2016	Goianinha

Quadro 1- Informações sobre as reuniões do Conselho Gestor

4.2 ANÁLISE DAS ATAS 11^a A 23^a RO's DO CGAPAPU

As atas foram analisadas a partir das categorias de uso público, turismo e recreação, pois de acordo com o Plano de Manejo, as atividades recreativas são importantes para desenvolvimento socioambiental e socioeconômico nas áreas protegidas. Considerando o propósito central deste estudo que é investigar o uso público para fins turísticos e recreativos, não se percebe nas pautas das RO's do CGAPAPU, bem como, das discussões ou ações que evidenciem essas atividades, durante o período de análise, levando a considerar que, embora haja previsão destas no plano de manejo das UC's, a implementação de tais iniciativas é inexistente por parte do CGAPAPU.

Entretanto, a partir da análise foi possível diagnosticar outras informações relevantes no tocante às ações basilares para o uso público e sua gestão, na área protegida em questão, em especial às ações de EA. A partir destes achados, propõe-se essa nova categoria como objeto de análise para este estudo. Nas atas das reuniões analisadas, as que apresentaram discussões e ações sobre EA foram: 12^a, 14^a, 16^a, 17^a, 20^a, 21^a e 22^a das RO's do CGAPAPU.

O início se deu a partir da ata da 12^a reunião, onde a representação do Poder Executivo do Município de Canguaretama questionou a falta de ações referente à EA nas reuniões do conselho. Para tanto, a representante do IDEMA, ressaltou que seria preciso focar no Plano de Manejo para cumprir prazos e que no ano seguinte (2014), seriam implementadas as oficinas de EA. Esse questionamento gerou mais proatividade por parte dos atores sociais do CGAPAPU, assim como colocado por Passold e Kinker (2010) a participação dos atores junto à comunidade local é indispensável para desenvolvimento do uso público e turismo nas áreas protegidas.

Na 14^a reunião do CGAPAPU inicialmente foi discutido em pauta o andamento das ações de implementação do Programa de Educação Ambiental (PEA), além da apresentação de todo processo de implementação do PEA da APAPU, destacando ainda o Programa de Agente Ambiental Voluntário (AAV), onde já estava sendo desenvolvida a sensibilização, conscientização e consolidação de parcerias para sua implementação na Unidade.

O processo de implementação do PEA se deu a partir das reuniões realizadas nos municípios de Goianinha, Espírito Santo e Canguaretama, seguida da capacitação dos alunos do curso de Serviço Social do Centro Universitário - FACEX (UNIFACEX), atuando como

facilitadores na formação dos AAV, além de uma oficina que ocorreu no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) - *Campus* Canguaretama, realizada pela gestora da Unidade, pela Educadora Ambiental e coordenadora do Programa AAV.

Ainda nesta reunião, a presidente destacou um encontro que seria realizado no IDEMA, junto com sua direção, setor de fiscalização, Companhia Independente de Policiamento Ambiental (CIPAM), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), UNIFACEX, NUC e o setor EA para planejar o curso de formação dos AAV e o modo de como será a atuação em cada município. Ainda foi colocada pela presidente, que seria encaminhada para os municípios uma ficha de pré-inscrição para seleção inicial dos agentes juntamente com um folheto informativo. Após este levantamento seria firmado o cronograma do curso de formação dos AAV e toda logística quanto local, alimentação, material em geral e transporte.

A partir dessa RO foi possível perceber, que além do envolvimento dos atores sociais no desenvolvimento dos programas educativos, há ainda a parceria com outras instituições, que podem contribuir com essas ações. Para Rylands e Brandon (2005), as APA's ajudam disciplinar atividades humanas, como consequência a melhoria no uso dos meios naturais e qualidade ambiental para população local. Dessa maneira, além da participação da comunidade nesses programas de EA, é relevante o envolvimento dessas parcerias para o desenvolvimento eficiente dessas atividades.

Na 16ª reunião foram apresentados os resultados da reunião de sensibilização para mobilização dos AAV's, ocorrida no município de Espírito Santo no dia 27 de julho de 2014, na Secretaria de Municipal de Agricultura com a presença dos representantes dos municípios de Goianinha e Espírito Santo. Nessa reunião ficou acordado: a composição dos grupos dos AAV's de Espírito Santo, descritos em ficha de pré-inscrição; encaminhamento para composição do grupo AAV em Goianinha; reforçar a participação dos municípios de Pedro Velho, Canguaretama e Várzea; Cronograma do curso de formação dos AAV's: 05 a 08 de agosto de 2014.

Após apresentar os resultados da reunião, a gestora da UC explicou que em princípio o programa seria implementado, simultaneamente, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão (RDSEPT) e na APAPU. Entretanto, após análise pelos técnicos do IDEMA e Instituições parceiras, ficou acordado iniciar apenas na RDSEPT, pois foi observada a necessidade de algumas alterações na documentação legal e nos materiais

didáticos, além do pouco recurso financeiro disponível para este período. Por fim, a representante do IDEMA explicou que a implementação do Programa do AAV para APAPU estava programada para o primeiro semestre de 2015.

Nessa RO, foram apresentadas estratégias de plano de ação para alguns programas, bem como suas execuções. No planejamento estão inseridas as propostas de divulgação em cada município que abrange a APAPU, apresentando ainda as dificuldades que o Conselho Gestor enfrenta para implementar as atividades propostas. Apesar desses fatos, o plano de manejo deixa claro que é preciso à implementação de infraestrutura básica, principalmente nos programas dos documentos norteadores das UC's.

Na 17ª reunião, a representante do IDEMA apresentou proposta para realização de oficina de EA para servidores que trabalham na Educação e Meio ambiente dos cinco municípios que compõem a APAPU, com o objetivo de se construir estratégias para ação coletiva na Unidade. Dessa maneira ficou certo que a oficina seria realizada inicialmente, em três encontros, sendo o primeiro marcado para o dia 20 de novembro de 2015, no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), ficando os demais encontros a serem agendados com os participantes. A representante da Secretaria de Meio ambiente de Goianinha informou que vem desenvolvendo um trabalho de EA na comunidade do Catúdos Eleotérios.

O representante do Poder Executivo do Município de Pedro Velho destacou em pauta da 20ª reunião do conselho, que estão sendo desenvolvidas ações de EA juntamente ao IDEMA, envolvendo professores e alunos da comunidade. Entretanto, lhes falta aplicação da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que se refere à Política Nacional de Biossegurança, que atua com Poder de Polícia Ambiental. Dessa maneira, foi colocado ainda, pelo Poder Executivo de Pedro velho, que estariam sendo realizadas ações de EA para divulgação da APAPU e sensibilização da população para as questões ambientais.

A representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) destacou a necessidade de trabalhar a EA e diz que a partir do conhecimento sobre o que seria crime ambiental, infrações, como por exemplo, apanhar, coletar, apreender, vender e comercializar de qualquer forma esses animais seriam minimizadas. Em alguns desses casos

citados, o indivíduo deve informar ao sujeito infrator que pode receber multa em torno de 500 reais por animal, havendo assim a necessidade de disseminar esse conhecimento.

Em sequência da 20ª reunião, foram colocadas em pauta: ações propostas para 4 anos de trabalho e suporte técnico jurídico; realização de oficinas de capacitação para fiscalização, licenciamento, EA, formulação de agendas ambientais (Planos Locais de Desenvolvimento Ambiental).

O Conselho Gestor discutiu as ações de EA juntamente a comunidade, e mostrou-se preocupado com o crime ambiental, apontando a importância de levar o conhecimento a todos sobre as questões ambientais. Belinassi, Pavão e Cardoso-Leite (2011) colocam que a procura por métodos eficazes para melhor conservação ambiental vem aumentando, e que a comunidade deve ser inserida para assim atingir o plano de manejo. Brasil (2011) ressalta a importância de preservar a biodiversidade em APA's, disciplinando o uso dos recursos de forma sustentável. Para tanto, a EA disciplina o ser humano e ajuda no processo das melhorias tanto ambientais como para própria comunidade local.

Na 21ª reunião, o representante da secretária de Meio Ambiente do Município de Goianinha convidou a todos para participar das ações de EA, em que haveria uma trilha com alunos da comunidade Cuité. Nesse ponto, é importante ressaltar que algumas atividades recreativas acontecem de forma aleatória, mas se percebe a capacidade de desenvolvimento local na APAPU, para que essas aconteçam com planejamento. Como colocado por Hosaka (2011), qualquer atividade de baixo impacto pode ser executada de acordo com proposto no plano de manejo. Cunha (2006) aponta algumas das atividades que podem ser desenvolvidas, que causam pouco impacto negativo nas APA's, entre as quais, as trilhas estão incluídas.

A EA como pauta das RO's, aparece por último na 22ª reunião, na qual a presidente apresentou um pequeno resumo das atividades de EA realizadas em parceria com as secretarias de Educação e Meio ambiente de Pedro Velho, Canguaretama e Goianinha, o grupo de EA da APAPU e o IDEMA. A atividade planejada e executada foi o "Pit Stop Ambiental" com o objetivo de divulgar a unidade e sensibilizar toda população para as questões ambientais.

Para ISA (2017), um bom planejamento está ligado a sensibilização e reflexão de todos e sua relação com o ambiente. O Conselho Gestor apresentou nessas reuniões alguns projetos que envolvem a colaboração de instituições parceiras, e ações de EA junto à comunidade. No entanto, alguns desses programas, entre eles o de AAV que foi programado

para acontecer sua implementação no primeiro semestre de 2015, porém, de acordo com a ausência de discussões a esse respeito no decorrer das RO's, leva-se a percepção de que este não foi implementado. Portanto, nesse período de análise, algumas atividades não foram colocadas em prática, tanto nas pautas das RO's, como também as que estão propostas no Plano de Manejo.

4.3 ASPECTOS RELEVANTES DO USO PÚBLICO PARA FINS TURÍSTICOS NA APAPU

Cascino e Figueiredo (2007) falam que é preciso analisar e identificar a realidade local, bem como suas implicações, incluindo aspectos socioculturais para desenvolvimento turístico local. Dessa forma, analisando o plano de manejo da APAPU, no que diz respeito ao turismo, especificamente o capítulo 5.3 que se refere ao programa de visitação, foi possível identificar que explorar sua área natural para uso público, além de atividades ligadas ao turismo, e ações de EA é essencial para desenvolver o turismo sustentável de forma eficaz. Nessa perspectiva ainda, e de acordo com o plano de manejo, a APAPU tem grande potencial turístico, porém durante o estudo foi possível perceber a falta de exploração desses potenciais e de planejamento para implantar ações de desenvolvimento de tais atividades.

O IDEMA é o órgão responsável pela execução das ações previstas no programa de visitação, fazendo parte dessa parceria, Associações, ONGs e Prefeituras, que juntas são grandes potenciais na execução de tais atividades. Porém, se percebe que a existência de propostas e programas para desenvolver visitas, ainda é colocada de forma teórica, e que no momento as atividades turísticas na unidade não ocorrem como se é proposto no Plano de manejo.

Para o Plano de manejo, é indispensável: fortalecer a apropriação da APAPU pelas comunidades locais e turistas a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais; desenvolver a visitação turística de forma harmônica e integrada, evitando prejudicar os processos ecológicos; incrementar a economia dos municípios inseridos na APA; contribuir com as ações de EA; aproximar a sociedade da natureza, despertando desta forma à consciência da importância da preservação dos recursos naturais.

Sendo o objetivo central do estudo, analisar ações ou discussões sobre atividades de cunho recreativo, é importante o interesse coletivo no envolvimento por parte dos membros do CGAPAPU, para que se obtenham resultados mais eficazes dessas ações, de modo que as

mesmas venham a contribuir para o uso público com fins turísticos e recreativos, e assim, contemplar os cinco municípios que envolvem a área natural protegida.

Além disso, é preciso destacar outros fatores que devem ser levados em consideração, como por exemplo, a falta de infraestrutura e aplicação da legislação vigente para melhor desenvolvimento das atividades de uso público para fins turísticos e recreativos, de acordo com o que está proposto no Plano de Manejo. Brasil (2015) coloca que é objetivo do Plano Nacional do Turismo, o incentivo dos órgãos privados junto aos serviços públicos, para colaborarem na infraestrutura e desenvolvimento turístico nas APA's.

4.4 EA COMO BASE PARA IMPLANTAÇÃO DO TURISMO NA APAPU

A APAPU, como colocado por Brasil (2011), tem como objetivos, contribuir para desenvolvimento sustentável, conservação do ecossistema, além de incentivar a EA e atividades recreativas. Nesse sentido, podemos identificar por parte dos atores sociais do CGAPAPU, o interesse de cunho educativo, que se destaca na maior parte das reuniões, confirmando a EA como base importante para implantação dessas atividades.

Na análise foi possível perceber que há propostas e ações de EA, porém, a participação colaborativa dos atores envolvidos ainda é superficial. Sabendo, portanto, que o turismo pode trazer aspectos positivos e negativos aos recursos naturais, a EA contribui de forma a conscientizar educadores, moradores, visitantes e (ou)turistas para utilização dos recursos, de modo a desenvolver a área protegida de forma ambientalmente eficiente.

Hoeffel et al. (2008) falam da importância de se planejar e investir nas atividades recreativas e (ou) turísticas para evitar os impactos negativos. No entanto, para ISA (2017), um bom planejamento vai além do lazer, pois tais atividades podem gerar sensibilização e reflexões para qualidade socioambiental nas áreas naturais.

A APAPU, como colocado por Brasil (2011), tem em seus objetivos, contribuir para desenvolvimento sustentável, conservação do ecossistema, além de incentivar a EA e atividades recreativas. Malta e Costa (2009) confirmam que a EA ajuda no processo de desenvolvimento local nas UC's e para implantação de atividades recreativas, entretanto, nas discussões do

conselho, não há indícios de interesses do uso público na APAPU, por parte dos representantes das organizações envolvidas.

Costa (2016) fala sobre a positividade de se trabalhar a EA junto à comunidade, pois o indivíduo vive a realidade local, o que influencia no seu modo de agir com o meio. Para Machado, Souza e Almeida (2013), a EA transforma o cidadão, melhorando seu senso crítico e a capacidade de identificar problemas ambientais. Para o plano de manejo, as áreas protegidas têm grande potencial turístico, e juntamente com ações de EA podem ter papel transformador na qualidade de vida dos visitantes moradores das áreas naturais, em especial a APAPU. Sendo assim, é importante ressaltar que o conselho gestor tem se mostrado adeptos ao envolvimento de educadores, alunos e comunidade em suas ações de EA nos municípios que abrange a APAPU.

5 CONCLUSÕES

Através dos dados disponíveis durante período 2013 a 2016, o estudo não identificou ações e discussões relacionadas ao uso público com fins turístico nas RO's do CGAPAPU. Entretanto, foram encontradas algumas ações de EA, sendo essas essenciais para relação natureza e ser humano, necessárias para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao turismo, como é proposto no Plano de Manejo. Assim, a pesquisa foi relevante, trazendo esclarecimentos necessários para obtenção dos resultados, além de um olhar reflexivo sobre como melhor desenvolver atividades recreativas de forma sustentável, segura e equilibrada.

Ao longo do estudo, pode-se perceber que a falta de ações para implantação do uso público com fins turísticos na APAPU confirma a distância existente entre a teoria e a prática, especialmente em relação às propostas do plano de manejo. Além disso, outros fatores devem ser considerados como: falta de infraestrutura; falta de investimentos por parte do setor público e privado; descumprimento da legislação vigente; falta de envolvimento de alguns atores sociais do CGAPAPU, relacionadas às ações importantes para desenvolvimento da UC.

A pesquisa possibilitou avaliar a realidade vivida na UC e nas RO's, bem como se dá o envolvimento dos atores sociais, as atividades desenvolvidas por esses e as dificuldades enfrentadas pelo CGAPAPU. Dessa maneira, foi observado o andamento dos projetos apresentados pelo conselho gestor e se há, de fato, implantação de algumas dessas ações colocadas como pautas das RO's, tendo em vista a importância das realizações dos projetos identificados para melhor qualidade de vida e ambiental para APAPU.

As ações de EA identificadas durante o estudo apontam que foram realizadas iniciativas de intervenções, o engajamento dos participantes dita o resultado da ação. Portanto, é preciso que o Conselho Gestor, tenha um olhar sensível capaz de identificar o potencial da APAPU para o uso público e (ou) recreativo com fins turísticos, afim de criar estratégias para desenvolvê-las de maneira sustentável junto à comunidade e visitantes.

REFERÊNCIAS

BELINASSI, Suelen; PAVÃO, Ana Carolina; CARDOSO-LEITE, Eliana. Gestão e Uso Público de Unidades de Conservação: um olhar sobre os desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.4, n.2, 2011, pp.274-293.

BOAAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. 1. ed. – 7. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Brasília: MMA/IBAMA, 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>>. Acesso em: 23 jan. 2017

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Política nacional de Turismo. Lei nº 11.771**, de 17 de setembro de 2008. Brasília/DF, 2015. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 de jan. de 2018.

BRITO, Maria Cecília Wey de. Áreas naturais protegidas a dimensão internacional. In: _____. **Unidades de conservação: Intenções e resultados**. Annablume: FAPESPE. São Paulo, 2000, p. 17-50. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

BENI, Mário Carlos. Sistema de Turismo – SISTUR. **Estudo do Turismo face à Moderna**. São Paulo, 1990. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63854/66610>> Acesso em: 19 de fevereiro de 2018.

BURSZTYN, Ivan. **Políticas Públicas de Turismo visando a Inclusão Social**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/5383705/ivan_bursztyn_-_tese_completa.pdf> Acesso em: 19 de fevereiro de 2018

CALVACANTE, Márcio Balbino; FURTADO, Edna Maria. **Políticas públicas de Turismo em unidades de conservação**. Fortaleza-CE, 2011, p. 1-14. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html>> Acesso em: 15 de jan. de 2018.

CASCINO, Fabio Albert; FIGUEIREDO, Fernando de. Comunidade e educação Ambiental: Releituras e outras leituras para as Práticas de ecoturismo. In: CASTELLANO, Elisabete Gabriela. et al (organizadores). **(Eco) Turismo e Educação Ambiental: diálogo e Prática Interdisciplinar**. São Carlos: RiMa, 2007, p. 131-140.

COSTA, Pável Correia da. Educação Ambiental para a Conservação dos Recursos Hídricos. In: Giovanni Seabra (Organizador). **O Capital Natural na Economia Global**. Ituiutaba: Barlavento, 2016, p. 174-180. Disponível em: <<https://asebabaolorigbin.files.wordpress.com/2016/05/e-book-o-capital-natural-na-economia-global.pdf>> Acesso em: 23 de Nov. de 2017.

CUNHA, Rúbia Carlos Macedo, **Análise das potencialidades e restrições ao ecoturismo: o caso de reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão-RN- Natal**,

2006. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/sustentabilidade-financeira/turismo>> Acesso em: 2 dez. de 2017.

HOEFFEL, João Luiz, et al. Trajetórias do Jaguar – unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo. **Ambiente e Sociedade**. Campinas, 2008 v.11, n. 1 p. 131-148. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em: 8 de jan. de 2018.

HOSAKA, A. M. S. Unidades de conservação: aspectos históricos e conceituais. In: PHILIPPI JR, A., RUSHMANN; D. V. de M. (editores). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. V. 9. Barueri, SP: Manole, 2010. (Coleção Ambiental).

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE - IDEMA. **Plano de Manejo Área de Proteção Ambiental da Apa Piquiri-Una**. Natal-RN: UNIEMP/IDEMA, 2013.

ISA. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Unidades de conservação no Brasil**. 2017

MACHADO J. S.; SOUZA C. H. M.; ALMEIDA F. M. Educação Ambiental nas Unidades de conservação em Manaus (AM): um estudo de caso nos parques municipal do mindú e estadual samaúma. **Revista Científica Internacional**. Edição 26, volume 1, artigo nº 04, Julho/Setembro 2013, p. 70-100. Disponível em: <<http://www2.interscienceplace.org/ojs/index>> Acesso em: 15 de Dez. de 2017.

MALTA, Ricardo Rodrigues, COSTA, Nadja Maria Castilho da. Gestão do Uso Público em Unidade de Conservação: a Visitação no Parque Nacional da Tijuca – RJ. **Revista Brasileira de Ecoturismo**. Vol.2, nº3. 2009. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/viewFile/696/342#page=79>> Acesso em: 10 de Dez. de 2017.

MORAIS, at el. Planejamento, Gestão e Educação Ambiental: A importância da Inter-relação para a Sustentabilidade. In: CASTELLANO, Elisabete Gabriela. et al (organizadores). **(Eco) Turismo e Educação Ambiental: diálogo e Prática Interdisciplinar**. São Carlos: RiMa, 2007, p. 169-178.

OLIVEIRA, M. P. et al. Perfil, Percepção e Opinião dos Visitantes do Parque Nacional do Itatiaia (RJ) em períodos de maior demanda. **Anais do II Encontro Fluminense de Uso Público em Unidades de Conservação. Turismo, recreação e educação: caminhos que se cruzam nos parques**. Niterói, RJ / Brasil - 01 a 04 de julho de 2015, 182-192. Disponível em: <http://www.uff.br/var/www/htdocs/usopublico/images/Artigos/2015/art17_2015.pdf> Acesso em: 25 de Nov. de 2017.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Introdução à Metodologia de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Roca, 2005.

PESSOA, Fabiana da Silva. Urbanização e Educação Ambiental. In. Giovanni Seabra (Organizador). Educação e Cooperação pela Água para Conservação da Biodiversidade. **Anais do Congresso Nacional de Educação Ambiental e do Encontro Nordestino de Biogeografia** [recurso eletrônico] João Pessoa-PB, Editora da UFPB, 2013, p246-255. Disponível em: <<http://www.cnea.com.br/wpcontent/uploads/2013/03/III-CNEA-e-V-ENBio-VOL-2-final22.01.20141.pdf>> Acesso em: 25 de Nov. 2017.

PHILIPPI JR, A., RUSHMANN; D. V. de M. (editores). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri, SP: Manole, 2010. (Coleção Ambiental, v.9).

RIBEIRO, Wagner Costa. Geografia política e gestão internacional dos recursos naturais. **Estudos avançados**. São Paulo, 2010, p.69-80. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n68/08.pzdf>>

RUSHMANN, D. V. de M. **Turismo e Planejamento Sustentável**: A produção do meio ambiente. 16 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. Coleção Turismo
RYLANDS, Anthony B., BRANDON, Katrina. Unidades de Conservação Brasileiras. In: **Megadiversidade**. Vol. 1. Minas gerais, 2005, p 27-35. Disponível em:<<https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents>>. Acesso em: 03 de dez. de 2017.

SCHIAVETTIL, Alexandre; FORESTI, Cetina. Turismo em Unidades de Conservação: Parques Estaduais de Campos do Jordão. **Turismo em Análise**, São Paulo, 1999.p. 47-57. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63458>> Acesso em: 21 de jan. de 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**.23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez. 2007.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.